

Na terça-feira, 20, sessão especial do Senado entregou mais uma edição do Prêmio José Ermírio de Moraes. Criado em 2009, o prêmio distingue brasileiros que tenham se destacado no desenvolvimento do setor industrial brasileiro.

Adequadamente, o presidente do conselho que escolhe os homenageados é o senador Armando Monteiro Neto.

O pai do senador, Armando Monteiro Filho, e José Ermírio de Moraes, além de pernambucanos e de ambos terem sido ministros da Agricultura do presidente João Goulart, têm ainda suas biografias coincidentes por se notabilizarem como empresários nacionalistas, fortemente comprometidos com o desenvolvimento brasileiro e com a industrialização do país.

E não é gratuito que ambos tenham sofrido os apertos por que passaram tantos brasileiros depois do golpe de 1964, que realinhou o Brasil aos interesses do império norte-americano e detonou a presunção de se construir o Brasil-Nação.

De qualquer forma, o cerco dos serviços do império sobre as empresas das famílias Monteiro e Moraes não chegou a estrangulá-las, como aconteceu com as empresas de outro grande líder nacionalista, o empresário Mário Wallace Simonsen que viu a sua magnífica Panair sendo perseguida, destruída e extinta em benefício de empresas norte-americanas e europeias; e viu ainda a sua então poderosa TV Excelsior sendo surrupitada e repassada à Globo, pelos serviços prestados pela família Marinho ao golpe militar e à perseguição dos que se opunham ao regime.

Faço essa digressão tanto para homenagear o senador Armando Monteiro Neto, herdeiro das inclinações nacionalistas de José Ermírio e de seu pai Armando Filho, para trazer à memória outro sobrenome ilustre da luta por um Brasil desenvolvido, independente, justo e forte, o sobrenome Steinbruch.

Essa corrente nacionalista e desenvolvimentista do empresariado brasileiro, nos anos 50 e 60, tinha no Congresso Nacional, entre tantos parlamentares que a apoiavam, o senador Aarão Steinbruch, do PTB do Rio de Janeiro. Steinbruch combinava a defesa das teses dos empresários nacionalistas com a firme defesa dos interesses dos trabalhadores. É dele, por exemplo, a lei que criou o 13º salário.

E, com o era de se esperar, fiel ao seu papel histórico de vanguarda do atraso, o “Globo” fez uma campanha medonha contra Steinbruch e o 13º. Quando veio o golpe de 64, lá estava o senador entre os primeiros a ter o mandato cassado.

Eu não sei se Aarão Steinbruch é parente de Benjamin Steinbruch, o presidente da CSN, mas é desse Steinbruch que gostaria de falar, agora, depois de tão longa volta. É que vejo no Steinbruch de hoje, certa centelha nacional-desenvolvimentista dos bravos empresários, intelectuais e políticos brasileiros que sonharam com a construção do Brasil-Nação.

Fiz essa longa volta para divulgar desta tribuna artigos que Benjamim Steinbruch publicou na Folha de São Paulo nos dias seis e vinte deste maio.

O artigo do dia seis intitula-se “Perguntas”; do dia 20, “Respostas”.

Senadores e senadoras do PSDB e do DEM, que se alinham à candidatura do senador Aécio Neves; senadores e senadoras do PSB, que cerram fileiras em torno do candidato Eduardo Campos; senadores e senadoras do PT e da base, que defendem a reeleição da presidente Dilma, essas perguntas são para os seus candidatos.

Passo a elas:

“A cinco meses da eleição presidencial, o debate entre situação e oposição não poderia estar mais aquecido. Mas esse aquecimento só ocorre na área político-eleitoral. Não passa um dia sem que denúncias sejam comentadas pelos possíveis candidatos e seus assessores e apoiadores.

Ainda que algumas dessas acusações, de lado a lado, já tenham cansado a nossa paciência pelo excesso de repetição e pela falta de avanços, elas são bem-vindas. Referem-se a um passado recente na gestão pública do país e precisam ser cuidadosamente apuradas para que eventuais culpados sejam responsabilizados e para que não se repitam.

Mas e o futuro do país?

Pouco, quase nada se discute com profundidade sobre isso. Talvez pelo predomínio de longos anos de ideais neoliberais, o planejamento esteja fora de moda –os mercados globalizados é que ditam os rumos dos países.

Não concordo com essa tendência. Quem tem a pretensão de governar o país precisa dizer quais são seus planos para o futuro, porque cabe aos brasileiros, e não às forças de mercado, conduzir o Brasil.

Algumas perguntas são indispensáveis para os que pretendem ser candidatos a governar o país.

Qual será sua meta para o crescimento econômico e para a criação de empregos durante os quatro anos de governo?

Como pretende atingir essa meta?

Vai combater a desindustrialização que já é visível no país ou encara o problema como uma fatalidade?

Vai caminhar para tornar o Brasil um grande produtor apenas de commodities industriais e agrícolas, tendência que vem se acentuando perigosamente nos últimos anos?

Vai acreditar em planejamento?

Vai incentivar investimentos produtivos?

Vai privilegiar setores industriais com nítida vocação nacional?

Ou vai manter a tradicional política brasileira que estimula e rentabiliza o investimento financeiro muito mais do que em qualquer outro lugar do mundo?

Não adianta apenas defender programas como o Bolsa Família ou outros voltados para a distribuição de renda. É preciso dizer claramente quais políticas sociais vai adotar e como pretende batalhar para tornar a sociedade cada vez mais igualitária. Ou então esclarecer se pretende deixar isso para o mercado resolver com suas próprias forças.

O candidato vai interferir diretamente na educação, na segurança, na saúde? E de onde virão os recursos para isso?



Continuará de um lado gastando sem escrúpulos 200 bilhões de reais por ano no pagamento de juros da dívida e de outro fazendo cortes em gastos essenciais, como as remunerações de professores ou atendimento médico à população?

Qual será a política de juros?

Acha que o Brasil pode continuar sendo o líder mundial no campeonato do juro alto?

E a política de crédito?

Pretende continuar com a política dos "eleitos" para consumir os poucos recursos do BNDES ou vai reduzir ainda mais seu papel? Se sim, como vai incentivar o setor financeiro privado a participar com recursos próprios do financiamento de longo prazo?

Governar um país certamente não é um passeio no parque. É preciso ter competência, sonhos, ousadias, utopias, planos, ideologia, equipes e, principalmente, uma enorme disposição de trabalho para empurrar as mudanças que precisam ser feitas. Não dá para sentar na cadeira e depois pensar no que fazer, como fazer e como viabilizar politicamente o que pretende fazer. Todos sabemos que o país já pagou demais no passado por experiências políticas.

Vem aí a Copa e por um mês o país provavelmente vai viver de futebol –espero que as manifestações, se houver, mantenham-se dentro de limites civilizados, sem violência contra pessoas ou o patrimônio público e privado e sem desrespeito às centenas de milhares de estrangeiros que virão nos visitar.

Depois do Mundial, entretanto, será indispensável que os postulantes ao cargo mais importante do país comecem a mostrar seus planos e ambições.

Com as campanhas eleitorais oficialmente abertas, após a Copa, o ideal seria deixar em segundo plano as cobranças do passado e as revelações com objetivo de desgastar os adversários. E começar a colocar em primeiro plano as propostas de atuação nas várias áreas da economia e da sociedade em geral, aquelas que podem trazer esperanças para o futuro”.

Assim falou Steinbuch.

No dia 20, terça-feira, o presidente da CSN cuidou ele mesmo de dar respostas às perguntas que fizera, certamente diante do silêncio esclarecedor dos senhores candidatos e suas competentes assessorias.

Ele começa com uma declaração de voto:

- Voto é secreto e não deve ser revelado. Mas digo com todas as letras em quem não votarei: em candidato que não explicita sua meta de crescimento econômico e criação de empregos durante seus quatro anos de governo. O país não suportará ajustes recessivos, e quem pretende adotá-los precisará ter a coragem de assumir isso logo”.

Em outro artigo na Folha, esse de fevereiro, Benjamin Steinbuch deixava isso mais claro.

Dizia ele:

---Há algo muito grave acontecendo no país. Uma avalanche conservadora dominou a opinião publicada nos últimos tempos e impôs a ideia de que o Brasil precisa unicamente de austeridade fiscal e arrocho monetário e não pode continuar a pensar em medidas para incentivar o crescimento econômico.

Austeridade nas contas é, sem dúvida, uma virtude, principalmente quando direcionada, no caso de governos, à contenção de gastos correntes. Mas pode também ser desastrosa para o país se adotada de forma indiscriminada, com reflexos nas áreas sociais, nos investimentos produtivos e no emprego”.

Senhores candidatos que falam em reduzir as metas de inflação, em elevar o superávit primário, em cortar gastos, em rever a política de salário mínimo, em ressuscitar a Alca, digam-me vós, oh senhores!, se sabeis as consequências funestas dessas iniciativas.

Steinbruch pega o tema da autonomia do Banco Central, ideia tão querida da oposição ao alegado intervencionismo luldilista, e também a defende, com esta observação que faz toda a diferença: um Banco Central que não se restrinja à perseguição da meta de inflação, que sem afrouxar o controle da inflação, tenha responsabilidade sobre o crescimento econômico.

Conclui ele:

- É muito cômodo buscar atingir uma meta de inflação sem se preocupar com os estragos que essa política possa fazer na economia real”.

O Banco Central independente que pelo menos dois dos três principais candidatos querem não é este proposto pelo empresário. É o Banco Central independente do país e dependente do mercado financeiro.

A resposta seguinte é sobre a política de juros. Steinbruch vê como incompatível a prioridade ao setor produtivo, ao crescimento e desenvolvimento econômicos, e a política de juros altos.

-Qualquer colegial entende que os investimentos são desestimulados quando o detentor do capital, seja ele grande ou pequeno, pode receber, sem nenhum risco, rendimento de 11 por cento ao ano nas aplicações financeiras em títulos públicos “, diz o empresário.

Respondendo a pergunta que fez sobre o BNDES, Steinbruch , adianta-se aos demolidores do banco público, aos que insistem em jogar a criança fora com a água do banho, para propor não a extinção do banco e sim a sua transformação em um verdadeiro banco de fomento e não mero criador de campeões nacionais, duvidosos campeões frequentadores do ranking da Forbes.

O presidente do CSN dá agora resposta à encrenca dos gastos anuais com os juros da dívida, esse sorvedouro insaciável dos recursos da Nação:

--Os gastos anuais com juros da dívida pública, é necessário lembrar, atingem 200 bilhões de reais. Por isso, o setor público precisa fazer um esforço hercúleo para realizar superávit fiscais que sustentem o pagamento desses encargos. Vai daí que, reduzidos esses custos financeiros, o comandante do país poderá e deverá direcionar mais recursos para saúde, educação e áreas sociais em geral, sem comprometer o equilíbrio fiscal”.

Tão simples assim senhores, candidatos, tão direto assim, tão efetivo assim.



Já em reação à desindustrialização do país, de que sua posição como presidente da Companhia Siderúrgica Nacional permite um olhar privilegiado, Benjamin Steinbruch exorta os candidatos, tão desatentos para o sinistro:

--A desindustrialização não pode ser ignorada, é assustadora a perda de participação da indústria brasileira no PIB e nas exportações. O setor precisa, portanto, ser estimulado seletivamente, de acordo com as vocações naturais do país, a ganhar competitividade e a inovar. É indispensável a adoção de uma política industrial de médio e longo prazo para orientar os investimentos”.

São as perguntas que o empresário fez aos nossos candidatos. São as respostas que ele, como cidadão brasileiro e empresário nacional, gostaria de ouvir. E, com certeza não ouvirá.

Nesse deserto de idéias, nesse vazio de lideranças, nessa renúncia e distanciamento de tudo o que é nacional, nessa submissão medíocre e sabuja ao mercado e à globalização de uma mão só, é bom ouvir alguém que pensa, uma qualidade cada vez mais rara nesse país eleitoral.

É bom ver um jovem empresário retomar a tradição dos grandes homens, fossem empresários, intelectuais ou políticos, que imaginaram construir uma nação e não uma *plantation* ou mera feitoria para o desfrute dos outros.

Pena é que nos faltem candidatos.